

Resenha

A epistemologia é a disciplina que estuda o conhecimento, tendo sua ancoragem na reflexão dos conceitos, o que facilita o entendimento da natureza dos debates epistemológicos numa perspectiva profunda, o que a faz diferenciar-se do conhecimento elaborado pelas ciências que analisam a realidade de forma empírica. Essa diferença entre a epistemologia e as ciências que estudam o conhecimento empiricamente, auxilia demarcar a concepção tipicamente filosófica da epistemologia, embora a parte essencial da prática epistemológica consista em experimentar teorias a partir de contraexemplos, isto é, situações imaginadas que avaliam a adequação de uma teoria.

O autor estrutura a obra em seis capítulos onde serão abordados detalhes sobre a distinção entre os diferentes tipos de conhecimento: o saber que, o conhecer e o saber fazer. Tudo que sei e como sei, ao meu redor, e o que nos leva a identificar o conhecimento de algo são chamados de estados epistêmicos, que significa o conhecimento de uma estrutura linguística comum, que pode ser generalizada da seguinte maneira: O fato de vermos uma parede verde e identificarmos a cor verde, parte do pressuposto que conhecemos a cor verde e assim a identificamos nessa parede. Seguindo esse raciocínio, se as paredes deste quarto são brancas ou azuis, é falso que as paredes deste quarto são verdes. O conhecimento identificado sobre a cor da parede, pode ser verdadeiro ou falso, o que filósofos frequentemente chamam de proposição, que é o significado de uma sentença declarativa. Do ponto de vista epistemológico e não metafísico, a verdade é vista como uma descrição acurada da realidade, ou seja, ela descreve uma parte da realidade.

O conhecimento direto exige uma relação de contato imediato do sujeito do conhecimento e o que ele conhece, o que difere do conhecimento proposicional, que depende de que o sujeito de atribuição tenha pelo menos uma crença sobre o objeto de conhecimento. Há correntes filosóficas que defendem o conhecimento pelo contato imediato, que podemos ter conhecimento direto de entidades que existem independentemente da mente do sujeito de conhecimento (como pessoas, lugares, etc.), outros acreditam que podemos ter contato direto “à distância”. Não existe consenso entre os epistemólogos sobre essa questão.

Segundo Giovanni Rolla, alguns epistemólogos acreditam que existem estados epistêmicos que não são casos de conhecimento proposicional. Diferentemente do conhecimento direto, o conhecimento proposicional depende de que o sujeito de atribuição tenha, pelo , uma crença sobre o objeto de conhecimento. Entretanto, também há o conhecimento direto, que não envolve crenças, e sim uma relação de contato direto entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

À luz da filosofia o saber fazer é conhecido a navalha de Occham, no qual a explicação para qualquer fenômeno deve pressupor ao menos uma quantidade de premissas possível, ou seja, pela maneira mais simples, portanto, sugere que o conhecimento proposicional e conhecimento prático são de fato diferentes.

A epistemologia analítica está comprometida com um ideal de clareza, que se apresenta que é a condição necessária às definições filosóficas. Na busca de desvendar o conhecimento, Giovanni Rolla enfatiza a necessidade de abordar mais profundamente o conhecimento proposicional. Saber que o conhecimento é um estado epistêmico, diz muito pouco sobre o fato, se faz necessário uma melhor análise do tema. As pessoas acreditam em muitas histórias, credices e boatos sem que esse fato signifique conhecimento, porque algumas sequer são verdadeiras. Conhecimento implica em verdade, não necessariamente numa crença. Entretanto, o conhecimento pode ser uma crença justificada, ou seja, um sujeito sabe determinada proposição se, ele acredita nessa proposição, e essa proposição é verdadeira e ele possui justificção para crer nessa proposição – essa análise ficou conhecida como análise tripartite

Qual seria a justificção relevante para o conhecimento? A deontologia implica na ideia de que uma pessoa está epistemicamente justificada, à medida em que ela respeita certas normas. Justificção, de acordo com teorias deontológicas, consiste em agir de acordo com o dever, embora se deve haver respeito sobre uma norma para ter justificção epistêmica, então, podemos, a princípio, descobrir que norma é essa ou, ao menos, descobrir a norma relevante sobre o fato.

Na década de 1963, Gettier, um filosofo não muito renomado lança um livro que se torna uma nova visão da epistemologia na época e refuta a filosofia tradicional, quando mostra que é possível que um sujeito tenha uma crença verdadeira justificada, mas não tenha conhecimento. Ou seja, é possível que um sujeito satisfaça as condições necessárias para o

conhecimento sem que, contudo, estejamos inclinados a dizer que seu estado mental é de conhecimento.

As suposições de Gettier foram classificadas no falibilismo, quando são separados a justificação da verdade: estar justificado e acreditar em uma proposição dá suporte à sua verdade, não implica que a crença em questão seja verdadeira. A segunda é de fechamento epistêmico, cujo princípio procura capturar a intuição do sujeito sobre um conceito particular, neste caso a justificação. A terceira alternativa relaciona-se ao desafio de Gettier, cujos desdobramentos conduzem a chamada epistemologia da virtude que pressupõe a tese de que o que falta nos casos tipo Gettier é que a crença alvo de conhecimento seja verdadeira porque resulta de um exercício das virtudes epistêmicas dos sujeitos.

Outra questão abordada por Giovanni Rolla acerca do conhecimento se ancora no conceito do ceticismo que é a área da epistemologia que visa responder, afirmativa ou negativamente o questionamento se possuímos conhecimento. Para o ceticismo nós não temos conhecimento. algum, desta forma, céticos são geralmente interlocutores imaginados que usamos para testar nossas teorias.

Emerge então outra corrente epistemológica, o contextualismo que busca capturar a intuição, nessa corrente o conceito do conhecimento é sensível ao contexto da mesma maneira que outros conceitos, como altura e cor, por exemplo.

No contextualismo do atribuinte as atribuições de conhecimento são dependentes do contexto de que atribuir conhecimento e requer a eliminação de possibilidades de erro. Segundo o contextualista, uma hierarquia de contextos com níveis crescentes de exigência epistêmica permite explicar a razão pela qual o problema cético é cativante, mas sem abrir do conhecimento do dia-a-dia. Portanto, esse pensamento permite defender que o conhecimento é fechado por implicação conhecida, desde que não ocorra uma mudança indevida de contexto.

A percepção, obtida pelos órgãos sensoriais, é a nossa principal via de acesso ao mundo exterior, o fato de termos conhecimento obtido por essa via é definido como conhecimento empírico, reconhecida como fonte de conhecimento não proposicional do ambiente externo por todos, com exceção dos céticos.

Há também o conhecimento do mundo interior, o autoconhecimento, muitas vezes denominamos assim nossas capacidades, limitações, angústias e anseios, no pensamento filosófico esse conhecimento refere-se ao conteúdo mental, aos pensamentos, emoções e sensações. Então, seria o autoconhecimento um tipo de percepção? Assim como o conhecimento perceptual o autoconhecimento tem de ser baseado em uma experiência, embora não sensória, porquanto não causam experiência nos nossos sentidos. O autor faz referência do fato do autoconhecimento como um processo quase-perceptual, o argumento da autocegueira, onde seja possível que uma pessoa seja cega sobre seus próprios estados mentais, assim como seja cega sobre os objetos físicos externos também.

O seu conhecimento, de si, e o conhecimento de outros sobre você pode ser visto através do acesso privilegiado, quando o acesso que temos do nosso próprio conteúdo mental é privilegiado, sobre seu próprio conhecimento e o conteúdo mental de outras pessoas, ou seja podemos observar o comportamento de outras pessoas e inferir que elas estão em outros estados mentais.

A obra em análise constitui uma oportunidade rara àqueles que ao serem chamados à reflexão filosófica, mormente no campo do conhecimento, leiam e estudem um conteúdo de Epistemologia acessível, mas que mantém as exigências técnicas, formais e reflexivas próprias da Filosofia.

* Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Técnico da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Médica e professora do curso de Medicina da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Rosendo Freitas de Amorim

Fabiola de Castro Rocha